

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2005

1.ª FASE

PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

Esta prova é constituída por dois grupos de itens.

O GRUPO I inclui dois itens sobre uma única obra:

- um item de relação entre dois conceitos ou de justificação de uma tese;
- um item de análise de texto.

O GRUPO II inclui um item de desenvolvimento de um tema dado, a partir de uma única obra.

GRUPO I

Na página seguinte encontrará um índice das obras para este grupo.

Selecione **APENAS UMA OBRA** e responda aos dois itens formulados.

Na resposta ao item 1:

- utilize aproximadamente 160 palavras (cerca de 20 linhas), número indicador do grau de desenvolvimento da sua resposta;

Na resposta ao item 2:

- utilize aproximadamente 320 palavras (cerca de 40 linhas), número indicador do grau de desenvolvimento da sua resposta;
- a mera transcrição de frases do texto implica a classificação de zero pontos.

ÍNDICE DAS OBRAS DO GRUPO I

	Página
– PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, Descartes	4
– CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, Locke	4
– DISCURSO DE METAFÍSICA, Leibniz	5
– FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, Kant	5
– INTRODUÇÃO ÀS LIÇÕES SOBRE HISTÓRIA DA FILOSOFIA, Hegel ..	6
– TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental	6
– O NASCIMENTO DA TRAGÉDIA, Nietzsche	7
– DA CERTEZA, Wittgenstein	7
– ELOGIO DA FILOSOFIA, Merleau-Ponty	8
– OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, Russell	8
– PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA, Joaquim de Carvalho	9
– SOBRE A ESSÊNCIA DA VERDADE, Heidegger	9
– TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, Ricoeur	10

PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, Descartes

1. Relacione os conceitos de pensamento e de certeza, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, explique por que razão Deus não é causa dos erros humanos. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

XXXVIII – *Se erramos, é porque o defeito está na nossa acção e não na nossa natureza; e frequentemente as culpas dos súbditos podem atribuir-se aos outros senhores, não porém a Deus.*

- Se incorremos em erros, o defeito está por certo na nossa acção ou no uso da liberdade, e não na nossa natureza, na medida em que ela é a mesma tanto quando julgamos correctamente como quando julgamos de modo incorrecto. E ainda que Deus tivesse podido dar ao nosso entendimento tanta perspicácia que nunca nos enganássemos, não temos todavia o direito de exigir isso dele. Da mesma forma que, entre nós homens, se alguém tem o poder de impedir algum mal, mas não o impede, não dizemos que ele é a causa desse mal, assim também, pelo facto de Deus ter podido fazer com que nunca nos enganássemos, não devemos considerá-lo como causa dos nossos erros. Pois o poder que os homens têm uns sobre os outros foi instituído para isto, a saber para que o usem para os afastar dos males, mas aquele poder que Deus tem sobre todos é maximamente absoluto e livre. E, por isso, devemos dar-lhe infinitas graças pelos bens que nos dispensou, mas de modo nenhum podemos pedir-lhe contas pelo facto de não nos ter dispensado tudo o que sabemos que nos poderia ter dado.

Trad. Leonel Ribeiro dos Santos, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 74-75

CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, Locke

1. Justifique a tese segundo a qual existem «limites que circunscrevem todas as leis religiosas», explicando o seu significado no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, explicita os deveres de tolerância do magistrado. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

- Provámos antes que o cuidado das almas não incumbe ao magistrado; quero falar do seu cuidado autoritário (se assim se pode dizer), que se exerce ordenando mediante leis e coagindo através de sanções; mas não se pode recusar a ninguém a caridade que consiste, pelo contrário, em ajudar os outros, ensinando-os ou advertindo-os, persuadindo-os. Assim, se o cuidado da sua própria alma está nas mãos de cada um, há que deixá-lo a cada um. Mas, direis, e se alguém descuidar o cuidado da sua alma? Responderia: e se descuidar a saúde? E se descuidar os assuntos domésticos, que dependem mais directamente do poder do magistrado? Será necessário que o magistrado se preocupe, mediante um édito devidamente publicado, para que não empobreça nem fique doente? Na medida do possível, as leis esforçam-se por proteger os bens e a saúde dos súbditos contra a violência estrangeira ou a fraude, mas não contra a incúria ou o esbanjamento de quem os possui. Ninguém pode ser forçado contra sua vontade a passar bem de saúde ou a enriquecer. O próprio Deus não salvará os que não quiserem. Imaginai, contudo, que um príncipe queria obrigar os seus súbditos a conquistar as riquezas ou a fortalecer os seus corpos; será prescrito por lei que só os médicos de Roma devem ser consultados e cada um obrigado a viver segundo as suas ordens? Será que nenhum remédio ou alimento se deveria tomar a não ser que fosse preparado no Vaticano ou que não tivesse vindo de uma oficina genovesa? Ou então, para que todos os súbditos vivam em suas casas na abundância e lautamente, seriam obrigados por lei a fazer comércio ou música?

Trad. João da Silva Gama, Lisboa, Edições 70, 1996, pp. 101-102

DISCURSO DE METAFÍSICA, Leibniz

1. Relacione os conceitos de espírito e de alma, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, explicita as limitações do mecanicismo. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

XIX – Utilidade das causas finais na física.

Assim, quando vemos algum bom efeito ou perfeição que acontece ou que se segue das obras de Deus, podemos seguramente dizer que Deus teve esse propósito. Pois ele não faz nada ao acaso e não é semelhante a nós, que, por vezes, nos furtamos a agir bem. É por isso que, muito longe de nos podermos enganar nisso, como fazem os políticos exagerados que imaginam refinamento excessivo nos desígnios dos príncipes, ou como fazem os comentadores que procuram demasiada erudição no seu autor, não se poderiam atribuir demasiadas reflexões a essa sabedoria infinita, não existindo nenhuma matéria onde seja menos de temer o erro, enquanto nos limitarmos a afirmar e desde que evitemos aqui as proposições negativas que limitam os desígnios de Deus.

- 5
- 10
- 15
- 20
- Todos aqueles que vêem a admirável estrutura dos animais sentem-se levados a reconhecer a sabedoria do autor das coisas, e eu aconselho aqueles que têm algum sentimento de piedade e mesmo de verdadeira filosofia a afastarem-se das frases de alguns espíritos imensamente pretensiosos, que dizem que nós vemos porque acontece termos olhos, sem que os olhos tenham sido feitos para ver. Quando se está seriamente imbuído destes sentimentos que atribuem tudo à necessidade da matéria ou a um certo acaso (se bem que ambas as coisas devam surgir como ridículas àqueles que entendem o que acima explicámos), é difícil que se possa reconhecer um autor inteligente da natureza. Pois o efeito deve corresponder à sua causa e, inclusivamente, ele conhece-se melhor mediante o conhecimento da causa, sendo absurdo introduzir uma inteligência soberana ordenadora das coisas e depois, em vez de empregar a sua sabedoria, recorrer exclusivamente às propriedades da matéria para explicar os fenómenos.

Trad. Adelino Cardoso, Lisboa, Edições Colibri, 1995, pp. 60-61

FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, Kant

1. Relacione os conceitos de bom e de agradável, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, explique o último período do texto (linhas 13-16). Fundamente a sua análise com elementos da obra.

Quando a vontade busca a lei, que deve determiná-la, *em qualquer outro ponto* que não seja a aptidão das suas máximas para a sua própria legislação universal, quando, portanto, passando além de si mesma, busca essa lei na natureza de qualquer dos seus objectos, o resultado é então sempre *heteronomia*. Não é a vontade que então se dá a lei a si mesma, mas é sim o objecto que dá a lei à vontade pela sua relação com ela. Esta relação, quer assente na inclinação, quer em representações da razão, só pode tornar possíveis imperativos hipotéticos: devo fazer alguma coisa, *porque quero qualquer outra coisa*. Ao contrário, o imperativo moral, e portanto categórico, diz: devo agir desta ou daquela maneira, mesmo que não quisesse outra coisa. Por exemplo, aquele diz: não devo mentir, se quero continuar a ser honrado; este, porém, diz: não devo mentir, ainda que o mentir me não trouxesse a menor vergonha. O último, portanto, tem de abstrair de todo o objecto, até ao ponto de este não ter nenhuma *influência* sobre a vontade, para que a razão prática (vontade) não seja uma mera administradora de interesse alheio, mas que demonstre a sua própria autoridade imperativa como legislação suprema. Assim eu devo, por exemplo, procurar fomentar a felicidade alheia, não como se eu tivesse qualquer interesse na sua existência (quer por inclinação imediata, quer, indirectamente, por qualquer satisfação obtida pela razão), mas somente porque a máxima que exclua essa felicidade não pode estar incluída num só e mesmo querer como lei universal.

BA 88-89, trad. Paulo Quintela, Lisboa, Edições 70, 1995, pp. 86-87

INTRODUÇÃO ÀS LIÇÕES SOBRE HISTÓRIA DA FILOSOFIA, Hegel

1. Relacione os conceitos de verdade e de opinião, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, justifique a afirmação de que a filosofia é idêntica ao seu tempo. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

A relação da história política, das constituições de Estado, arte, religião (...) com a filosofia não é, por isso, a de que elas fossem causas da filosofia ou, inversamente, de que esta fosse o fundamento daquelas; mas, antes, todas elas, juntas, têm uma e a mesma raiz comunitária: o espírito do tempo.

- 5 É *uma* essência determinada, [um] carácter [determinado], que penetra todos os aspectos e que se expõe no político e no resto, como em elementos diversos; é *um* estado que em todas as suas partes se conexas em si, e cujos diversos aspectos – por múltiplos e contingentes que possam parecer e por muito que também pareçam contradizer-se – não contêm em si nada de heterogêneo à base [que todos possuem]. (...)

- 10 Esta é a posição da filosofia entre as [diferentes] configurações [do espírito de um tempo]. Uma consequência disso é que a filosofia é totalmente idêntica com o seu tempo.

Ela não está, portanto, acima do seu tempo, ela é saber do substancial do seu tempo. (...)

- 15 A filosofia está, no entanto, por outro lado, segundo a forma, acima do seu tempo, na medida em que, como o pensar daquilo que é o espírito substancial dele, o torna objecto seu. Na medida em que ela está no espírito do seu tempo, ele é o conteúdo mundano determinado dela; simultaneamente, enquanto saber, ela está também além dele, coloca-o diante dela; mas isto é apenas formal, porque ela não tem verdadeiramente qualquer outro conteúdo.

Este próprio saber é, decerto, a realidade do espírito, o auto-saber do espírito; assim, a diferença formal é também uma diferença mais real, mais efectiva.

Trad. José Barata-Moura, Porto, Porto Editora, 1995, pp. 103-104

TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental

1. Relacione os conceitos de dinamismo psíquico e de dinamismo mecânico, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, explicita o valor e os limites da indução. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

Será pois com a segurança da mais bem fundada indução e na região mais alta em que o processo indutivo pode ser empregado que a síntese do pensamento moderno partirá do conhecimento do espírito para o conhecimento do verdadeiro ser dessa aparência fenomenal, que a concepção científica apenas deixa ver pelo seu lado exterior e mecânico.

- 5 (...) Em todo o caso, o processo indicado nas tendências do espiritualismo renovado e do neokantismo, que acima tentei esboçar, bem longe de ser uma volta ao *apriorismo* transcendental, procede justamente da reacção do criticismo que o condenou. Em primeiro lugar, esse processo, como há pouco disse, é essencialmente indutivo; e, dada a natureza *sui generis* do problema da certeza, isto é, dada a constituição do entendimento humano, essa indução é não só legítima, mas
- 10 necessária. Em segundo lugar, essa indução, não sendo mais do que uma indicação geral, não pode substituir uma construção puramente especulativa aos factos da experiência: tem, pelo contrário, de se deixar guiar por esses factos, recebendo-os na ordem e relações em que a experiência, na sua forma sistemática e definitiva, isto é, a ciência, os apresenta. Resulta de tudo isto que este processo constitui propriamente uma *interpretação* da realidade no ponto de vista do espírito e nada mais. O
- 15 universo não é criado pela especulação: é anterior a ela e é a experiência que lho fornece; mas fornece-lho como um símbolo obscuro que ela, a especulação, tem de interpretar à luz das noções da consciência.

Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 104-105

O NASCIMENTO DA TRAGÉDIA, Nietzsche

1. Justifique a tese de que a música tem um sentido metafísico, explicando o seu significado no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, explicita as razões que estão na origem da morte da tragédia ática. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

O milagre tinha acontecido: quando o poeta abjurou, já a sua tendência vencera. Dioniso já havia sido expulso da cena trágica, nomeadamente através de um poder demoníaco falando pela boca de Eurípides. Também Eurípides era, num certo sentido, apenas máscara: a divindade que falava através dele não era Dioniso, nem tão-pouco Apolo, mas um demónio recém-nascido chamado Sócrates. Eis a nova oposição: o elemento dionisíaco e o socrático, tendo a tragédia grega sucumbido como obra de arte devido a ela. Mesmo que tente consolar-nos devido à sua abjuração, Eurípides não consegue fazê-lo: o mais esplendoroso templo jaz em ruínas; de que nos serve o lamento de quem o destruiu e a confissão por parte deste de que fora o mais belo de todos os templos? E mesmo que Eurípides tenha sido, para castigo, transformado num dragão pelos críticos de arte de todos os tempos – quem poderia satisfazer-se com essa deplorável compensação?

Aproximemo-nos agora dessa tendência *socrática*, com a qual Eurípides combateu e venceu a tragédia esquiliana.

Que objectivo – temos agora de perguntar-nos – podia ter a intenção de Eurípides de fundamentar o drama apenas no que não é dionisíaco, na mais elevada idealidade da sua execução? Que forma dramática restava ainda, se já não era suposto que nascesse do ventre da música, naquela misteriosa penumbra do elemento dionisíaco? Apenas a *epopeia dramatizada*: neste domínio artístico apolíneo, o efeito *trágico* é porém inatingível.

In *Obras Escolhidas de Friedrich Nietzsche*, vol. I, trad. Teresa Cadete, Lisboa, Relógio d'Água, 1997, pp. 89-90

DA CERTEZA, Wittgenstein

1. Relacione dúvida e evidência, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. Justifique o último parágrafo do texto abaixo. Fundamente a sua análise com elementos da obra.
 173. Estará em meu poder aquilo em que acredito? Ou aquilo em que acredito inabalavelmente? Acredito que está ali uma cadeira. Não poderei estar enganado? Ou poderei mesmo apenas considerar isso? – Ou não *poderia* eu também agarrar-me firmemente às minhas convicções nas coisas que aprendi posteriormente? Mas a minha convicção será então *fundamentada*?
 174. Actuo com *inteira* certeza. Mas essa certeza é minha.
 175. «Eu sei isso», digo para outra pessoa; há aqui uma justificação; mas não há nenhuma para a minha convicção.
 176. Em vez de «eu sei isso», pode dizer-se, em certos casos, «Eis como as coisas são – confie nisso». Nalguns casos, contudo, «Aprendi isso há muitos anos»; e às vezes: «Tenho certeza de que é assim».
 177. Aquilo que sei, acredito.
 178. O uso errado que Moore faz da proposição «Eu sei...» reside em a encarar como uma declaração tão pouco passível de dúvida como «Eu sofro». E como [de] «Eu sei que é assim» se segue «É assim», também não se pode duvidar desta última.
 179. Seria correcto dizer: «Eu creio...» tem verdade subjectiva, mas «Eu sei...» não a tem.

Trad. Maria Elisa Costa, Edições 70, Lisboa, 1998, p. 61

ELOGIO DA FILOSOFIA, Merleau-Ponty

1. Relacione saber instituído e filosofia, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, explique em que consistem a ironia e o desinteresse filosóficos. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

O coxear do filósofo é a sua virtude. A verdadeira ironia não é um *álibi*, é uma obrigação, sendo o desinteresse do filósofo que lhe confere um certo tipo de acção entre os homens. Porque vivemos numa daquelas situações a que Hegel chamava diplomáticas, em que cada iniciativa corre o risco de ver desvirtuado o seu sentido, julgamos, por vezes, servir a filosofia proibindo-a de se interessar pelos problemas do seu tempo; daí que recentemente se tenha elogiado Descartes por não ter tomado partido entre Galileu e o Santo Ofício. O filósofo não deve ter preferência por qualquer dos dogmatismos rivais, dizia-se. Ocupa-se com o ser absoluto, para além do objecto do físico e da imaginação do teólogo. Dizer isto é esquecer que, recusando-se a falar, Descartes se recusa também a dar valor e existência a esta ordem filosófica em que o situam. Calando-se, não transcende os erros gêmeos, deixa-os em luta, encoraja-os, especialmente o vencedor momentâneo. Não é a mesma coisa ficar calado e dizer por que não se quer escolher. Se o tivesse feito, Descartes não poderia ter deixado de afirmar o direito relativo de Galileu contra o Santo Ofício, mesmo que, em última instância, subordinasse a física à ontologia. A filosofia e o ser absoluto não estão acima dos erros rivais que no mundo se digladiam: nenhum deles tem nunca a mesma forma de ser, cabendo à filosofia, que é a verdade integral, dizer o que neles há de verdade.

Trad. António Braz Teixeira, Lisboa, Guimarães Editores, 1998, pp. 78-79

OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, Russell

1. Relacione objectos físicos e dados-dos-sentidos, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, explicita as críticas ao apriorismo kantiano. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

(...) o princípio de contradição é uma lei que diz respeito às coisas, e não unicamente a pensamentos: e se é um pensamento a nossa crença no princípio de contradição, o próprio princípio de contradição, não obstante, não é um pensamento: é um facto concernente às coisas do mundo. Se aquilo em que acreditamos, quando cremos no princípio de contradição, não fosse verdadeiro das coisas do mundo, o sermos compelidos a *crer* nele, a pensá-lo nós como verdadeiro, não salvaria o princípio de ser falso: e por aqui entendemos nós que não é uma lei do *pensamento*.

(...) Quando ajuizamos que dois e dois são quatro, não enunciamos um juízo sobre o nosso pensamento, mas sobre todos os pares de coisas, reais ou possíveis. O facto que afirmamos, quando afirmamos que dois e dois fazem quatro, não é evidentíssimamente que o nosso espírito é de tal modo feito que acredita que dois e dois fazem quatro. E é bem certo que facto algum a respeito da constituição do nosso espírito poderia por si tornar *verdadeiro* que dois e dois fizessem quatro. Assim, pois, o conhecimento *a priori*, se não é erróneo, não é tão-só um conhecimento sobre a constituição do nosso espírito, mas aplicável a tudo que possa haver, quer sejam coisas de natureza mental, quer sejam de natureza não mental.

Trad. António Sérgio, Coimbra, Livraria Almedina, 2001, p. 92

PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA, Joaquim de Carvalho

1. Relacione tempo e realidade para a consciência saudosa, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, esclareça a natureza da consciência saudosa. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

É, pois, um problema ontológico, e este problema procede do facto de na saudade se dar, a um tempo, o ensimesmar-se e o exsimesmar-se, ou por outras palavras mais adequadas ao sentido noético, a apresentação actual de um estado ou de uma situação indesejável ou menos agradável, e a representação de um estado, de uma situação, de objectos ou entes conhecidos em experiência transacta e que se desejariam revivescentes com vívida comunhão afectiva. (...)

Os objectos a que se reporta a consciência saudosa têm valor real e não puramente conceptual ou explicativo, e por isso se verifica no acto saudoso o desprendimento, quando não evasão, da apresentação objectiva actual, pela apetência mais ou menos veemente do ser ou maneira de ser, representada como ausente, envolvendo a representação, a par de elementos afectivos, a referência expressa a algo existente ou que existiu fora e independente do sujeito.

Consequentemente, no acto saudoso dão-se a existência do ser para o sujeito e a existência do sujeito para o ser ou, por palavras expressivas do vocabulário escolástico, a coisa de que há saudade é, sob certo ponto de vista, *esse in*, isto é, acontecimento que se dá numa consciência individualizada e, sob outro, *esse ad*, isto é, relação intencional com o objecto ausente e desejado. Por isso, se o ensimesmar-se da saudade implica a determinação categorial da vivência saudosa no conjunto da vida psicológica, o seu exsimesmar-se implica o complexo problema das formas, natureza e lugar ontológico dos objectos que o saudoso desejaria actualizados.

In *Obra Completa*, vol. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 113

SOBRE A ESSÊNCIA DA VERDADE, Heidegger

1. Relacione história e desvelamento, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, justifique a afirmação segundo a qual «esta origem humana da não-verdade confirma, de facto, por oposição, a essência da verdade “em si”» (linhas 10-11). Fundamente a sua análise com elementos da obra.

Pôr a essência da verdade na liberdade não significará deixar a verdade entregue ao capricho do homem? Poderá a verdade ser minada mais profundamente do que pelo facto de ser abandonada ao arbítrio desta «cana oscilante»? Aquilo que se impõe já ao bom senso, durante a presente discussão, vem agora com mais clareza à luz do dia: a verdade é aqui rebaixada ao nível da subjectividade do sujeito humano. Mesmo que uma objectividade seja alcançável por este sujeito, ela permanece, todavia, igualmente, tão humana como a subjectividade, e à disposição do homem.

É certo que se atribui ao homem a falsidade e a dissimulação, a mentira e a ilusão, o engano e a aparência, em resumo, todos os géneros da não-verdade. Mas a não-verdade é também o contrário da verdade, pelo que, como sua não-essência, é, com razão, mantida à distância do âmbito da pergunta pela essência pura da verdade. Esta origem humana da não-verdade confirma, de facto, por oposição, a essência da verdade «em si», que domina «por cima» do homem. Para a metafísica, isto vale como o imperecível e eterno, que não pode ser edificado sobre a inconstância e a fragilidade do ser humano. Como pode, então, a essência da verdade encontrar a sua estabilidade e fundamento na liberdade do homem?

Trad. Carlos Morujão, Porto, Porto Editora, 1995, p. 33

V.S.F.F.

TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, Ricœur

1. Relacione evento e significação, explicando o significado dessa relação no contexto da obra.
2. A partir do texto abaixo, esclareça a oposição entre abordagem unidimensional e abordagem bidimensional da linguagem. Fundamente a sua análise com elementos da obra.

A esta abordagem unidimensional da linguagem, para a qual os signos são as únicas entidades básicas, quero opor uma abordagem bidimensional, para a qual a linguagem se funda em duas entidades irreduzíveis, os signos e as frases. Esta dualidade não coincide com a de *langue* e *parole*, como foram definidas por Saussure no seu *Cours de linguistique générale*, ou mesmo como essa dualidade foi mais tarde reformulada enquanto oposição entre código e mensagem. Na terminologia de *langue* e *parole*, apenas a *langue* é um objecto homogéneo para uma ciência única, graças às propriedades estruturais dos sistemas sincrónicos. *Parole*, como dissemos, é heterogénea, além de ser individual, diacrónica e contingente. Mas a *parole* apresenta também uma estrutura que é irreduzível num sentido específico ao das possibilidades combinatórias abertas pelas oposições entre entidades discretas. Esta estrutura é a construção sintética da própria frase enquanto distinta de qualquer combinação analítica de entidades discretas. A minha substituição do termo «discurso» ao de «*parole*» (que exprime apenas o aspecto residual de uma ciência da «*langue*») visa não só salientar a especificidade desta nova unidade em que se apoia todo o discurso, mas também legitimar a distinção entre a semiótica e a semântica como as duas ciências que correspondem a duas espécies de unidades características da linguagem, o signo e a frase.

Trad. Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1999, pp. 18-19

GRUPO II

- Selecione uma obra e o tema que lhe corresponde, indicando, **DE MODO INEQUÍVOCO**, a sua escolha.
- Utilize aproximadamente 640 palavras (cerca de 80 linhas), sem contar com o plano organizador. Considere este número como indicador do grau de desenvolvimento da sua resposta.

OBRAS	TEMAS
DA NATUREZA, Parménides	Verdade e aparência
GÓRGIAS, Platão	Poder e palavra
FÉDON, Platão	Razão e saber
CATEGORIAS, Aristóteles	Predicação e inerência
O MESTRE, Santo Agostinho	Significação e comunicação
PROSLOGION, Santo Anselmo	A natureza de Deus
O ENTE E A ESSÊNCIA, São Tomás de Aquino	Hierarquia das substâncias criadas
RECONDUÇÃO DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA, São Boaventura	As ciências e a teologia

– Desenvolva o tema correspondente à obra que seleccionou.

Na sua resposta:

- relacione o tema com o horizonte temático da obra;
- integre o tema na estrutura argumentativa da obra;
- avalie o modo como o autor trata o tema na obra.

– Comece por apresentar o plano organizador da sua resposta.

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

1. 40 pontos

2. 70 pontos

Total do Grupo I 110 pontos

GRUPO II

Item único 90 pontos

Total do Grupo II 90 pontos

TOTAL 200 pontos